

MATERNIDADES, PRÁTICAS DE CUIDADO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

DÉBORA ALLEBRANDT¹
ALESSANDRA RINALDI²

O segundo volume do Dossiê “Maternidades, práticas de cuidado e Tecnologias de governo” nos convida a refletir sobre a complexidade dos temas, bem como sobre a crescente demanda para tratar dos assuntos em tela. Prova disso é a quantidade de artigos recebidos, bem como a qualidade e a densidade analítica dos textos, o que nos levou à decisão desta segunda edição.

Assim como mencionado na apresentação do volume anterior (Allebrandt; Rinaldi, 2024), abordar as maternidades é se debruçar sobre nossas experiências, mas é também discutir as diversas maneiras de maternar e pensar sobre as respostas institucionais delas decorrentes (Allebrandt, 2025; Rinaldi, 2025; Fávero, 2007; Fonseca, 2012). Entender as múltiplas práticas de cuidado e as suas regulações é um doloroso mergulho nas discussões sobre *governança reprodutiva* (Morgan; Roberts, 2012; Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021), nas consequentes injunções morais, diretrizes coercitivas e no controle reprodutivo dos corpos e de suas formas de cuidado. Além disso, é um encontro com as *violências de Estado* (Das, 2011; Vianna; Farias, 2011; Rinaldi, 2025) que se infiltram nas relações correntes, por meio de reiteradas produções e reproduções de desigualdades de gênero, de raça e de classe.

Os artigos deste volume nos oferecem um panorama dos desafios enfrentados pelas maternidades plurais, marcadas pelos efeitos da *racialização* dos corpos (Fassin, 2011; Davis, 2016; Gonzalez, 2020, Collins, 2017), pelas desigualdades sociais, territoriais e suas *interseccionalidades* (Lugones, 2019; Hirata, 2015; Crenshaw, 2006; Fernandes, 2018a; 2018ba; Vianna; Farias, 2011; Rocha, 2018). Além disso, os textos nos convocam a refletir sobre a *parentalização da vida social* (Martin; Leloup 2020), sobre as consequências da invenção da noção de primeira infância, sobre as regulações estatais, sobre as diversas formas de maternar, assim como sobre a feminilização do cuidado e a compulsoriedade da associação entre maternar e cuidar às mulheres.

É possível notar que a feminilização do cuidado é um fenômeno discutido intensamente por pesquisadoras contemporâneas (Hirata, 2016; Fernandes, 2018, entre

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da mesma universidade. É cientista social e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); doutora em Antropologia pela Universidade de Montreal. Contato: debora.allebrandt@ics.ufal.br.

² Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

outras). De acordo com Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho e do cuidado decorrem das desigualdades entre os gêneros que tendem a se reproduzir nas esferas domésticas. Apesar de ser importante ressaltar que o peso maior do cuidado incide sobre os corpos feminilizados em decorrência dessas desigualdades e da divisão sexual e desigual do trabalho, a pesquisa de Lobo (2024) traz uma camada de complexidade ao tema. A etnografia da antropóloga, realizada ao longo de anos em Cabo Verde, produz novos olhares sobre o tema. Lobo (2024) contribui para que pensemos o cuidado produzido por mulheres entre si e para com seus familiares não como uma resposta a uma suposta ausência masculina ou desigualdades, mas como possibilidade de cooperação, cumplicidade e complementaridade entre mulheres, desdobradas em atenção para com seus filhos (Rinaldi; Rifiotis; Marre, 2024).

São temas presentes neste dossiê a produção das diferenciações a partir dos corpos das pessoas que geram e que cuidam, a supervalorização da *criança e seu cérebro* (Fonseca, 2019), a reiteração das políticas neoliberais e da exaltação privatista da conduta parental (Landeira, 2022), bem como as violências institucionais e suas diferentes consequências de acordo com a raça/etnia, a classe, o gênero e o território.

Os artigos trazem discussões sobre a íntima relação entre maternidades, prática de cuidado e tecnologias de governo, destacando o cruzamento entre regulações estatais, *economias morais* (Fassin, 2019) e racismo institucional. Além disso, há escritos dedicados à produção de estereótipos sobre famílias negras, demonstrando a tendência de associá-las ao uso de drogas ilícitas e às práticas violentas. Tal recurso, além de reforçar desigualdades estruturais, provoca maior vigilância a determinados *arranjos de cuidado* (Lobo, 2024), com base em critérios morais e sociais seletivos.

Como no volume 1 deste dossiê, no número atual os artigos são organizados em torno da preocupação com as maternidades, no entanto, em termos de eixos temáticos podem ser divididos em duas frentes: regulação estatal, produção de estereótipos e práticas de cuidado; maternidades: desafios do cuidado e trânsitos de violência.

O artigo, intitulado "Quem vai ficar com as crianças? Orfandades e maternidades estabelecidas a partir da covid-19", de autoria de Flávia Ferreira Pires, Mohana Moraes Cavalcante, Laura Marques Lopes e Pedro Henrique Gomes da Paz, parte do primeiro eixo analítico e abre as discussões do dossiê. O texto é resultado de pesquisa feita em 2023, no estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro, visando analisar o *Programa Paraíba que Acolhe (PPA)*, uma política pública estadual de transferência de renda. Em termos específicos, o trabalho se dedica à história de três mulheres levadas à maternagem de crianças e adolescentes órfãos pela Covid-19. Trata-se de uma avó, uma tia e uma irmã "mais velha", todas pertencentes à família extensa materna e que acabaram exercendo a *avoternidade, tiaternidade e irmãternidade*.

Pires, Cavalcante, Lopes e Paz demonstram que, mesmo em situações em que existe um pai capaz de cuidar das crianças, o exercício do cuidado é feminilizado. Segundo dados da pesquisa, o laço sanguíneo, as relações afetivas, a proximidade geográfica e a condição financeira foram condicionantes na decisão sobre quem iria se responsabilizar pelos órfãos, entretanto, o “gênero do cuidado” foi fator de suma relevância.

"Monitorando cuidados, produzindo famílias", de Amanda Gioriatti Lunkes e Pedro Nascimento, traz resultados de etnografias desenvolvidas entre 2013 e 2020 na cidade de Rio Tinto, no litoral norte da Paraíba. O propósito do trabalho foi compreender a relação entre gênero, família, maternidade, vulnerabilidade social e tecnologias de governo na implementação do *Programa Bolsa Família (PBF)* e do *Programa Criança Feliz (PCF)*. De acordo com os autores, estas políticas governamentais, pensadas com o propósito de redução de desigualdades, contribuem, paradoxalmente, para reproduzi-las.

Segundo seus achados, esses *programas*, além de materializarem práticas regulatórias que se baseiam na noção de uma *parentalidade intensiva* (Martin; Leloup, 2020), reiteram a feminilização do cuidado. Ademais, demonstram pouca abertura para a incorporação dos arranjos familiares e de cuidado em sua diversidade.

O artigo intitulado “Uma análise da regulação das práticas reprodutivas a partir do fortalecimento da entrega voluntária e da priorização da “primeira infância” pelo Conselho Nacional de Justiça”, de Denise Clemente, Roberta Dieguez, Hevelyn Rosa e Cristiane Cabral, tem como foco central a análise do "Manual sobre Entrega Voluntária", lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em maio de 2023. A partir das reflexões de Ferreira e Lowenkron (2020), as autoras fazem uma análise etnográfica desse documento, considerando-o como *artefato de Estado*.

Por meio dessa escolha metodológica, a intenção é compreender o dispositivo da entrega voluntária, regulamentado a partir de 2009 (Lei nº 12.010) e revisado em 2017 (Lei 13.509), analisando sua conexão com a noção de primeira infância e com o controle das práticas reprodutivas de populações em situação de vulnerabilidade social. As autoras descrevem que não só o dispositivo legal, mas também o manual pesquisado, faz parte de um cenário nacional que visa a produção de uma *política seletiva de parentesco* (Rinaldi *et al.*, 2024; Brandão; Cabral, 2021) por meio da incitação à adoção de bebês para adoção, mediada e regulada pelo Poder Judiciário.

"Inversões coloniais: reflexões sobre a separação, legalizada pelo Estado, de mulheres-mães e seus bebês em situação de cárcere", escrito por Luiza Ferreira em parceria com Adriana Marcondes Machado, é resultado da dissertação de mestrado da primeira. No entanto, o manuscrito decorre também de sua experiência profissional como psicóloga em um projeto social desenvolvido na ala materno-infantil de uma penitenciária na cidade de São Paulo.

A partir da análise conjunta do diário de campo de Ferreira, as autoras se debruçam sobre a separação compulsória entre mães-encarceradas e seus bebês, como *práticas de justiça* (Schuch, 2009). O texto leva em conta que essas mulheres são submetidas à *racialização* (Fassin, 2011) de seus corpos, fixando-as em estereótipos morais e biológicos capazes de afastá-las da possibilidade do exercício materno. Com base na noção de "inversão colonial", o artigo discute o racismo como tecnologia de governo e seu efeito nefasto sobre os sujeitos *racializados*. A partir desse termo, o texto aborda de que forma o "roubo de crianças pelo Estado" é transformado em "entrega do filho" pela mãe-encarcerada. Tal "alocação" promove uma "inversão discursiva", que faz recair sobre essa mulher a responsabilidade pela violência pela qual ela foi submetida.

O último artigo desse eixo é "O estereótipo de famílias negras: a maternagem entre o controle e o cuidado", escrito por Karoliny Martins e Paulo Siqueira. O texto visa discutir as dinâmicas familiares negras, em especial a maternagem, utilizando como referência o seriado *Todo Mundo Odeia o Chris*, criado por Chris Rock e Ali LeRoi. A "cena" ocorre no Brooklyn, Estados Unidos, nos anos 1980, e a série aborda a vida do comediante Chris Rock e de sua família, visando produzir um olhar crítico acerca dos estereótipos construídos sobre as famílias negras.

Com base na análise do episódio intitulado "Todo Mundo Odeia Formatura", o artigo traz uma abordagem crítica sobre "aprisionamentos representativos". A partir de uma escrita crítica sobre como os arranjos familiares *racializados* são retratados pela produção audiovisual, discute-se como esse é um espaço que reforça estereótipos. No entanto, à luz da análise do referido episódio, é possível notar um tom satírico capaz de provocar "deslocamentos críticos".

No que diz respeito às práticas de maternagem e à produção imagética das famílias negras estadunidenses, o racismo é um imperativo. No entanto, de acordo com o texto, nessas mesmas produções, há possibilidades de *encenações críticas* capazes de romper com a noção de que mulheres negras são mães raivosas, violentas e incapazes de cuidar de seus filhos. Tais pontos de ruptura podem se fazer presentes não apenas naquelas "cenas", mas em outros contextos, possibilitando a afirmação da "potência das experiências negras".

Os artigos do segundo eixo estão agrupados pela temática "maternidades: desafios do cuidado e trânsitos de violência", em que de forma mais sutil ou mais evidente, a maternidade opera como condição que promove formas de exclusão, culpabilização e violação de direitos, inclusive o de maternar.

Embora o título "A criança complexa" possa levar a leitora a pensar em inúmeros caminhos que tornam a infância um problema, a criança complexa a que se referem as autoras é aquela que viveu sua primeira infância sob cuidados especializados e muitas intervenções biomédicas. Cláudia Jurberg, Camila Belisário e Fábio Russomano produziram

suas reflexões lançando mão de um vasto aparato de métodos de pesquisa — *snowball*, grupos focais e entrevistas com mães e profissionais da medicina e enfermagem que atuam na unidade de alta complexidade do hospital no qual realizaram pesquisa. Essas reflexões falam sobre saúde, tecnologia, maternidade e tensões na produção de narrativas e saberes sobre os corpos das crianças e adolescentes que sofreram intervenções. Os não-saberes das profissionais de saúde são construídos nessa narrativa em busca de reconhecimento dos saberes individualizados e especializados das mães acumulados pelo processo longo e atento do cuidado de seus filhos na busca de trocas e uma comunicação mais fluida.

O artigo intitulado “Ser mãe de adolescente deprimido”, de Thais Carvalho dos Santos, Andrea Seixas Magalhães e Mariana Gouvêa de Matos, explora como a categoria adolescência, associada a um diagnóstico de saúde mental, o de depressão, não pode ser tratado como um fenômeno isolado. A partir de uma pesquisa qualitativa, as “mães” de adolescentes deprimidos estavam também deprimidas e precisando de suporte não somente no campo da saúde mental. Nesse sentido, as autoras destacam como a culpa e a sobrecarga maternas são uma receita para o agravamento e adoecimento mental das mães e cuidadoras. A ausência de uma rede de apoio e de acesso a psicoterapia são desafios para o enfrentamento dessa situação.

A ausência de rede de apoio e políticas que supram essa ausência é o tema do artigo “Políticas públicas para mães solo”. Nele, Lídia Nascimento Gusmão de Abreu e Matheus de Souza Silva analisam a Lei nº 9.192, de 2023, de Sergipe, que coloca mães solo como prioritárias para políticas públicas. Ao longo do artigo, há a problematização sobre a categoria da família monoparental e como as mulheres mães solas se tornaram um pilar da organização familiar e social. Nesse programa, 500 mães solo, em situação de vulnerabilidade, foram beneficiadas pelo projeto que promete capacitação profissional e o empreendedorismo feminino como formas de inclusão econômica. No entanto, a falta de metas claras para garantia de acesso a serviços básicos como creches e saúde pública deixa lacunas que não permitem que o programa alcance sucesso absoluto.

O cenário inverso da promoção de políticas para mães solo é o da retirada compulsória de bebês e crianças de mães em situação de vulnerabilidade social. Em “Maternidades órfãs”, Clara Meirelles explora os exemplos que tornaram Belo Horizonte manchete de situações de violações do direito à maternidade de mulheres em situação de vulnerabilidade, visando proteger o “nascituro”. Em meio a um cenário de violações de direitos, situando o movimento que buscou assegurar os direitos das “mães órfãs”, a autora questiona a naturalização do cuidado e da maternidade e o modo como dispositivos de gênero são utilizados para culpabilizar e criminalizar mães sem nenhum aporte de política pública e proteção social.

No último artigo do dossiê, lemos uma reflexão a partir de rodas de conversa com mulheres do agreste e sertão de Alagoas. Em “Uma mistura de medo e raiva”, as autoras nos provocam a conhecer os processos de reconhecimento da violência obstétrica e dos silenciamentos que tornam uma série de violações um lugar comum. A análise interseccional demonstra como território (quanto mais do interior, pior), classe (ser paciente do SUS) e raça são marcadores que, combinados, produzem cenários de iniquidade no acesso à saúde e violência obstétrica.

O segundo volume do dossiê “Maternidades, práticas de cuidado e Tecnologias de governo” nos brinda com um conjunto de artigos em que a relação entre maternidades e práticas de cuidado é perpassada por desafios e violências e as tecnologias de governo que se relacionam ao maternar, quando exploradas a partir da regulação estatal e da atualização de estereótipos destacam a importância da interseccionalidade e da decolonialidade para além de discurso teórico e metodológico. Assim, está posto o desafio de transformar práticas para que maternidades possam ser mais do que um destino compulsório, mas produto de escolha e que possam ser vividas sem violência.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Débora. Maternidade como espaço de negociação e atuação na carreira de pesquisadoras feministas. Comunicação oral. //: **II Colóquio Rede Anthera: Parentalidades, Direitos e Políticas públicas**, 2025.

ALLEBRANDT, Débora; RINALDI Alessandra. Maternidades, práticas de cuidado e tecnologias de governo. **Revista Mundaú**, n. 15, p. 12-19, 2024.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”. **Horizontes Antropológicos**, n. 61, p. 47-84, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. **Kvinder, Køn & Forskning**, n. 2-3, 2006.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 9-41, 2011.

DAVIS, Angela. Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres. //: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 65 -87.

FASSIN, Didier. Racialization. How To Do Races With Bodies. //: MASCIA-LEES, Frances E. (Ed.). **A Companion to the Anthropology of the Body and Embodiment**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2011. p. 419-434.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, p. 27-54, 2019.

- FÁVERO, Eunice. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (Org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- FERNANDES, Camila. Mães nervosas: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. //: FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (Org.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2018a. p. 215-231.
- FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. //: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (Org.). **(Des)Prazer da Norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018b. p. 12-409.
- FONSECA, Claudia. Mães "abandonantes": fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 13-32, 2012.
- FONSECA, Claudia. Crianças, seus cérebros... e além: Reflexões em torno de uma ética feminista de pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1-14, 2019.
- FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 7-46, 2021.
- HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero. **Análise**, n. 7, p. 4-20, 2015.
- HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 151-163, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>
- LANDEIRA, Florencia Paz. A regulação da parentalidade na produção transnacional de conhecimentos e políticas para a primeira infância. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. 1-12, 2022.
- LOBO, Andréa. Elas por elas: nexos de cultivo em redes femininas de afeto ou, uma singela homenagem. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. e-45786, 2024.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. //: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.
- MARTIN, Claude; LELOUP, Xavier. La parentalisation du social. **Lien social et Politiques**, n. 85, p. 5-18, 2020.
- MORGAN, Lynn; ROBERTS, Elizabeth F. S. Reproductive Governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012. <https://doi.org/10.1080/13648470.2012.675046>
- RINALDI, Alessandra de Andrade. Vânicas e Marluces: Violência, gênero e políticas para a Infância e Juventude. **Anuário Antropológico**, v. 50, e-14qwm, 2025. <https://doi.org/10.4000/14qwm>
- RINALDI, Alessandra de Andrade; RIFIOTIS, Fernanda; MARRE, Diana. A família é mais que “uma palavra”: considerações sobre arranjos contemporâneos de convivência. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, e 46967, 2024. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.46967>
- RINALDI, Alessandra de Andrade *et al.* Gestar, parir e não se tornar mãe: recusas, impossibilidades e violações no contexto da Covid-19. **Interface**, v. 28, p. 1-15, 2024.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-Eca. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos Ces**, n. 18, 2012.

TEIXEIRA, Alessandra; UCHOA, Ana Carolina Pate Cardoso. Mães destituídas da maternidade: Biopolítica, (in) justiça reprodutiva e novos saberes sobre a pobreza. **Antropolítica**, v. 57, n. 1, e64041, 2025.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: Interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v. 51, e 175101, 2018.
<https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos pagu**, v. 37, p. 79-116, 2011.